



Autarcas do PSD registam com agrado a aprovação do PAEL em Conselho de Ministros

1º Depois de meses de negociação e do Memorando de Entendimento entre o Governo e a ANMP, foi hoje (15 de junho de 2012) aprovado em Conselho de Ministros o PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, que entre outras medidas prevê a criação de uma linha de crédito de Mil Milhões de euros para que as autarquias possam fazer face aos pagamentos em atraso. Na verdade, sem este programa de apoio, os Municípios não conseguiriam vencer as dificuldades financeiras com que se confrontam, uma vez que o sistema bancário deixou de estar disponível para emprestar. Acresce que as condições as que os Municípios ficam sujeitos com este empréstimo, mais não são do que as que constam na Lei das Finanças Locais Lei 2/2007 e no DL 38/2008.

Os ASD – Autarcas Social Democratas não podem deixar de expressar a sua satisfação, embora, como é natural, ainda existam muitos desafios pela frente.

2º Os ASD congratulam-se com o agendamento do Congresso Extraordinário da ANMP, marcado para 29 de Setembro, porque permitirá uma reflexão sobre o Poder Local, a situação atual e os desafios futuros.

Os ASD expressam ainda a sua estupefação pelas afirmações veiculadas por alguns (poucos) autarcas que pretendem associar este Congresso ao papel da ANMP e do seu Presidente Fernando Ruas, o que não faz sentido. É ou não é verdade que para além do Presidente Fernando Ruas, todas as forças políticas estiveram representadas nas negociações com o Governo?

3º Os ASD manifestam ainda a sua estranheza por posições públicas tomadas por autarcas socialistas apelando a que os deputados do PS não votem o PAEL, acrescentando que este Governo fez um ataque sem precedentes ao Poder Local.

É tempo de lembrar que o último governo socialista retirou aos Municípios 100 M€ no ano de 2010. É tempo de lembrar que o último governo socialista retirou aos Municípios mais cerca de 120 M€ no ano de 2011.

É tempo de lembrar que o partido que negociou com a Troika foi o Partido Socialista e que assinou um memorando que previa a redução de ainda mais cerca de 125 M€ em 2012 e outro tanto em 2013.

É tempo de lembrar que foi neste memorando, assinado com a Troika, que apareceu pela primeira vez a hipótese de o Estado ficar com 250M€ do IMI que sempre foi receita municipal.

É tempo de lembrar que foi este Governo, o liderado pelo PSD, que em negociação com a ANMP, consentiu que as receitas do IMI continuassem a ser dos Municípios e mais ainda, que no ano de 2013, ao contrário do que o Governo anterior havia negociado com a Troika, não haverá redução de transferências para os Municípios.

Por responsabilidade da Governação Socialista as transferências para as autarquias municipais foram reduzidas, de forma acumulada desde 2010, em cerca de 850 M€. Isto sim, um verdadeiro ataque ao Poder local.

Só por mera tática política se pode criticar o PAEL e o epílogo da negociação entre o governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

15-06-2012